



CONTRATO Nº 021/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018

CONTRATO Nº 021/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO BOM E A ENTIDADE ABRIGO LAR SÃO VICENTE DE PAULO.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Avenida Curitiba, nº 65, na cidade de Rio Bom, estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.771.212/0001-71, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. ENE BENEDITO GONÇALVES, brasileiro, portador do RG nº 3928819-9 SSP/PR e CPF nº 521.519.999-04 e de outro lado a entidade:

LAR SÃO VICENTE DE PAULO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.334.656/0001-40, situada na Avenida Curitiba Nº 158, na cidade de Rio Bom - Paraná, neste ato representado pela Senhora MARIA HELENA DE OLIVEIRA, portadora do RG: 4.826.685-1 e do CPF: 015.109.359-83, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

CLÁUSULA I-DO OBJETO

Contratar convênio com a entidade LAR SÃO VICENTE DE PAULO relativo ao recurso repassado pelo FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social), programa PACI- Piso de Alta Complexidade 1, com a prioridade de atendimento ao idoso em acolhimento institucional, recurso Federal repassado exclusivamente para esse propósito, e por ser a única entidade que atende este serviço neste município.

CLÁUSULA II-DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1-O presente contrato terá a validade de 12 meses, a partir da data de sua assinatura.
2.2-Ocorrendo qualquer das hipóteses no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com alterações que lhes foi impostos pela Lei Federal 8.883/94, o presente Contrato poderá ser rescindido, garantidos, sem que deste fato resulte multa para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA III -DO PREÇO

3.1-A CONTRATANTE ira fazer o repasse mensal com base nos seguintes valores totais:

VALOR TOTAL	R\$ 18.045,60
-------------	---------------

(Dezoito mil quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

QUARTA IV-DO PRAZO DE ENTREGA DO REPASSE E DAS RESPONSABILIDADES.

4.1- O repasse será feito mensalmente de acordo com a tabela da clausula 3.1 deste contrato, em deposito em conta da entidade, mediante a comprovação documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

4.2- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA V-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



5.1- Os recursos que serão repassados para atender o objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

DESPESA DESDOBRADA	DOTAÇÃO	FONTE DE RECURSO
898	08.0208.24100092.053.3.3.50.43.99.01.00	0
899	08.0208.24100092.053.3.3.50.43.99.01.00	757

CLÁUSULA SEXTA VI: DAS RESPONSABILIDADES

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da CONTRATADA:

6.1 O pagamento de todos os impostos, seguros e demais encargos, que venham a ser devidos em razão do objeto deste contrato, até a sua efetiva entrega, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer custos adicionais;

6.1 Manter durante todo o período do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumida nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, vinculada a este instrumento.

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do CONTRATANTE:

6.3 Obedecer aos critérios de remuneração previsto neste contrato, tendo cumprida as exigências explicitadas neste instrumento;

6.4 Fornecer à CONTRATADA os dados e condições necessárias ao fornecimento do objeto deste instrumento.

6.5 Solicitar a cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

CLÁUSULA VII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1-Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, no processo de Inexigibilidade nº. 005/2018 e seus anexos.

7.2-Fica eleito o foro, da Comarca de Marilândia do Sul, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização do presente Contrato.

7.3-Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.931, de 19/09/2001.

Rio Bom, 13 de junho de 2018.

Maria Helena de Oliveira
Lar São Vicente de Paulo
Contratada

Ene Benedito Gonçalves
Prefeito Municipal
Contratante

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF: